

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT14.007](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT14.007)

A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA (COM-VIDA) NAS ESCOLAS

Maria Francimar Teles de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - ProfEPT, IFSertãoPE, Campus Salgueiro, cimarsouzateles@gmail.com;

Fabiana Teles de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Patrimônio da Universidade Federal do Ceará-UFC/CE, fabiana.souza.ft@gmail.com;

Rosa Cruz Macêdo

Mestranda do Curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER, UFCA/CE, obccariri@gmail.com;

Nagila Kellen de Carvalho Monte Bringel

Especialista em Ecologia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri - URCA/CE, nbccarvalho@gmail.com.

RESUMO

A prática de atitudes em prol do meio ambiente tem adquirido cada dia mais destaque no cenário nacional e internacional, fazendo com que agir para a preservação e o cuidado ambiental seja cada vez mais necessário e buscar melhorias para o meio ambiente através da pesquisa, é uma ótima oportunidade de colaborar com a divulgação e realização de ações que contribuam para essa prática. Um dos grandes colaboradores para o início e/ou continuidade das ações que propiciem esse equilíbrio ambiental é a Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-vida), que pode ajudar a escola e a comunidade a projetar e implementar ações para um futuro sustentável. Neste trabalho busca-se descrever como se dá a constituição e

o trabalho da Com-vida nas escolas e de que maneira esta pode contribuir para a realização de práticas que beneficiem o meio ambiente. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando a abordagem qualitativa. Como a Com-Vida se constitui em um espaço de diálogos, pode desenvolver ações tendo em vista um ambiente equilibrado. Isso pode refletir no exercício da cidadania, no respeito aos direitos humanos e à diversidade sociocultural, bem como na gestão do espaço físico da escola, aprimorando a eficiência no uso dos recursos: diminuindo o desperdício de água, energia, materiais e alimentos. Trata-se de um colegiado que envolve estudantes, professores, gestores, funcionários, pais e comunidade com o objetivo de promover a sustentabilidade na escola em todas as suas dimensões, estabelecendo relações entre a comunidade escolar e seu território em busca de melhoria da qualidade de vida. Assim, a Com-Vida veio para possibilitar ações que beneficiem a educação ambiental a partir da comunidade escolar para abranger gradualmente a comunidade ao seu redor, e estender-se para outras localidades, considerando as particularidades de cada ambiente e de cada região.

Palavras-chave: Com-vida, Meio Ambiente, Escolas Sustentáveis, Educação Ambiental, Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

A prática de atitudes em prol do meio ambiente tem adquirido cada dia mais destaque no cenário nacional e internacional, fazendo com que agir para a preservação e o cuidado ambiental seja cada vez mais necessário. Assim, buscar melhorias para o meio ambiente através da pesquisa, é uma ótima oportunidade de colaborar com a divulgação e realização de ações que contribuam para essa prática.

O professor *Atsushi Asakura*, da Universidade de Hiroshima, já dizia que nenhum recurso é tão eficiente para ajudar a preservação do planeta quanto à educação. Então, cabe aos educadores utilizar as tecnologias e os diversos recursos que estão disponíveis para propiciar a melhoria da aprendizagem dos educandos e também conscientizá-los de seu papel enquanto cidadãos na preservação do meio ambiente.

Entretanto, ainda há a necessidade de aumentar a internalização da problemática ambiental como um saber ainda em construção, que demanda empenho para o fortalecimento das visões integradoras que, centradas no desenvolvimento, podem estimular uma reflexão sobre a diversidade e a construção de sentidos acerca das relações indivíduos-natureza, dos riscos ambientais globais e locais e das relações ambiente-desenvolvimento, pois cada deve estar ciente da interdependência entre os problemas, as soluções e a importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária cada vez mais equitativa e ambientalmente sustentável (JACOBI, 2003).

Desse modo, as práticas precisam incluir uma educação que agregue valores e atitudes, como Tozoni-Reis (2004, p. 71) destaca: “Assim, nas representações de educação e de educação ambiental uma ideia destaca-se: a necessidade de incorporar “valores” e “atitudes” aos conhecimentos sobre os processos ambientais para definir uma relação equilibrada dos indivíduos com o ambiente em que vivem [...]”. E a escola é uma dos lugares que possibilitam iniciar essa prática.

Desde a implantação da Conferência Nacional do Meio Ambiente, muitos debates têm sido realizados para melhorar a situação do planeta. E para que isso aconteça não basta a criação

de comitês e políticas de implantação do tratamento da educação ambiental nas escolas. É importante que educandos e educadores vejam a escola como um espaço para desenvolver processos educativos ininterruptos e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências direcionadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável (BRASIL, 2012).

Assim, tornar a escola um espaço educador sustentável contribuirá para a melhoria da relação com a aprendizagem e também instigará o processo de descoberta de todos os envolvidos para buscar melhores formas de atuar em prol do meio ambiente. São ações e estudos que busquem não só o aperfeiçoamento pessoal, mas sobretudo e principalmente o despertar para a necessidade de se estar sempre pesquisando e agindo para ampliar os conhecimentos e também a situação de vida no planeta.

Desta forma, pode-se trabalhar a sustentabilidade na escola de maneira inclusiva e de modo a respeitar os direitos humanos, ressaltando, sobretudo a valorização da diversidade, porque quando se trabalha respeitando a diversidade é mais fácil superar o desafio de fazer com que as pessoas adotem práticas que valorizem o cuidar de si mesmos, do outro e do meio ambiente.

Um dos grandes colaboradores para o início e/ou continuidade das ações que propiciem esse equilíbrio é a Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-vida), que cria um espaço de diálogos para ajudar a escola e a comunidade a projetar e a implementar ações que envolvam toda a comunidade escolar, visando um futuro sustentável.

Neste trabalho busca-se descrever como se dá a constituição e o trabalho da Com-vida nas escolas e de que maneira esta pode contribuir para a realização de práticas que beneficiem o meio ambiente. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando a abordagem qualitativa.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem esta pesquisa utilizou o método qualitativo, onde segundo Silva e Menezes (2005, p.20), é um tipo de

pesquisa que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Assim, a pesquisa qualitativa “não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (RICHARDSON, 2008, p.79)”.

Em relação aos procedimentos, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, sobre as quais Gil, Michaliszyn e Tomasini (2008, p.51), dizem que são “desenvolvida a partir de referências teóricas que apareçam em livros, artigos, documentos, etc.”. Junior (2009, p.49) ainda acrescenta as fontes eletrônicas ao corroborar que a pesquisa bibliográfica “É o tipo de pesquisa na qual o pesquisador busca em fontes impressas ou eletrônicas (CD e ou internet), ou na literatura cinza, as informações que necessita para desenvolver uma determinada teoria”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sustentabilidade é um novo critério básico e integrador que precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos têm servido para reconsiderar aspectos relacionados à equidade, à justiça social e à própria ética dos seres vivos (JACOBI, 2003).

Martins e Soares (2010) afirmam que

O princípio de sustentabilidade coloca a preservação e conservação dos recursos naturais como condição essencial para reprodução socioeconômica da sociedade seja ela urbana ou rural. Neste sentido, os discursos que fundamentam o desenvolvimento e fortalecimento de formas conservacionistas de apropriação e uso dos recursos naturais não devem se distanciar das vozes que visam à democratização do acesso a estes mesmos recursos, pois não há sustentabilidade ecológica sem sustentabilidade social (MARTINS; SOARES, 2010, p. 149).

Nessa perspectiva, a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida vem como uma das ações estruturantes que fazem parte do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas – MEC e

surgiu como resultado das deliberações da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, proposta pelos estudantes para consolidar na comunidade escolar um espaço capaz de realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, bem como de promover intercâmbio entre as escolas e comunidades (BRASIL, 2007a).

O texto do caderno da Secad, “Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade” mostra “o propósito de enquadramento social na Educação Ambiental por meio do desenvolvimento de políticas públicas capazes de consolidar a visão sistêmica da sustentabilidade na sociedade partindo do fortalecimento da relação escola e comunidade” (BELASCO et al., 2020), como está previsto para os participantes da Com-vida:

O público das COM - VIDAs varia em função de suas duas vertentes de atuação, comunidades e escolas; ora se refere à Comunidades de Aprendizagem sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida (MMA), ora à Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (MEC). A COM - VIDA na escola tem como fio condutor a proposta de maior aproximação entre escola e comunidade por meio da temática socioambiental (BRASIL, 2007b, p. 31).

É um colegiado que tem causado um grande impacto, visto que a maioria das escolas de ensino médio já são contempladas com essa Comissão, que conta com a participação de alunos, coordenadores, professores, técnicos das Coordenadorias de Desenvolvimento da Educação e membros da comunidade, podendo contribuir muito para as Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Humano, visto que está relacionada à diversas políticas públicas no contexto do desenvolvimento e suas relações com o meio ambiente podendo proporcionar um estudo das experiências e modelos de educação ambiental já que desenvolve ações a nível escolar e comunitário.

Como analisado por Belasco et al. (2020), as Com - Vidas têm um papel de destaque na articulação das questões socioambientais, fazendo o entrelaçamento dos propósitos da aprendizagem sobre o meio ambiente com os da qualidade de vida, já delineados pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, estimulando a autonomia e comprometimento dos alunos de modo a terem iniciativas

quanto à prática de políticas ambientais no contexto escolar de forma a aproximá-las da comunidade, melhorar a qualidade de vida e contribuir para formação da cidadania.

Assim, por meio da atuação dessa comissão pode-se tornar possível a inserção da Educação Ambiental de maneira interdisciplinar dentro da comunidade escolar e construir um ambiente capaz de agir em prol da sustentabilidade, independente dos problemas existentes nas escolas, como bem descreve a Resolução nº 18 de 21 de maio de 2013:

[...] a educação ambiental é “componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, conforme preconiza a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que a regulamenta e cria o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA);

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar as escolas públicas em sua transição para se tornarem espaços educadores sustentáveis, fomentando ações que abranjam as dimensões de gestão, currículo e espaço físico, na intencionalidade de educarem para a sustentabilidade socioambiental;

CONSIDERANDO a importância de promover condições para a implementação e o fortalecimento de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vida), como espaços de gestão democrática e de respeito à diversidade sociocultural e aos direitos humanos, visando à promoção da sustentabilidade socioambiental nas escolas;

CONSIDERANDO que os espaços educadores sustentáveis contribuem com os esforços de prevenção de riscos ambientais e proteção das comunidades, auxiliando no fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituído pela Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010; (FNDE, 2013).

São ações simples que podem fazer um grande diferencial no bem-estar coletivo e ambiental, como a diminuição do consumo e desperdício de água, energia, alimentos, entre outros. Também se

podem incorporar tecnologias e materiais adaptados às características de cada região e de cada bioma para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social, fazendo uma corrente contínua de geração de conhecimentos e de aplicação prática, tanto na escola como na comunidade do entorno, com intervenções simultâneas e coordenadas para imprimir a marca da sustentabilidade na escola.

Como já disse Paulo Freire, é preciso que se criem Círculos de Aprendizagem e Cultura em cada quarteirão, em cada comunidade do nosso país, para se tornarem um lugar onde todos tenham a palavra, onde todos possam ler e escrever o mundo. Enfim, seja um espaço de trabalho, pesquisa, exposição de práticas, dinâmicas, vivências que possibilitem a construção coletiva do conhecimento (FREIRE, 1996).

Dessa forma, a Com - vida vem para atender a uma demanda de Educação Ambiental na qual seu caráter político seja assumido e exija a problematização da realidade, a crítica e autocrítica permanente, a construção dialógica e democrática de alternativas, posicionamento e intervenção na esfera pública e com um conhecimento complexo da totalidade socioambiental (LOUREIRO, 2009).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

A visão socioambiental complexa e interdisciplinar analisa, pensa, organiza o meio ambiente como um campo de interações entre cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os elementos constitutivos dessa relação modificam-se dinâmica e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural, cultural e interage com ela (BRASIL, 2013, p. 542).

Como se percebe, a COM-VIDA está vinculada a várias políticas públicas, possibilitando ao coletivo escolar desenvolver diversas ações em prol da sustentabilidade socioambiental, da qualidade de

vida, do consumo e da alimentação sustentáveis e do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

No Manual Escolas Sustentáveis, elaborado pelo Ministério da Educação, observa-se que

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida) é elemento estruturante na constituição de espaços educadores sustentáveis. Trata-se de um colegiado que envolve estudantes, professores, gestores, funcionários, pais e comunidade com o objetivo de promover a sustentabilidade na escola em todas as suas dimensões, estabelecendo relações entre a comunidade escolar e seu território em busca de melhoria da qualidade de vida. A originalidade desse coletivo é estimular e fortalecer a liderança estudantil na definição dos destinos da escola. Orientada por esses objetivos, a Com-Vida anima um espaço de construção coletiva do futuro que se deseja e, para isso, estabelece a “Agenda 21” na Escola. (BRASIL, 2013, p. 2)

Assim, a Com-Vida se constitui em como um espaço de diálogos, capaz de ajudar a escola a projetar e implementar ações tendo em vista um futuro sustentável. Isso tem reflexos no exercício de cidadania, no respeito aos direitos humanos e à diversidade sociocultural, bem como na gestão do espaço físico da escola, aprimorando a eficiência no uso dos recursos e diminuindo o desperdício de água, energia, materiais e alimentos. A Com-Vida pode influir na política de compras e na destinação adequada de resíduos, entre outras práticas voltadas ao bem-estar pessoal, coletivo e ambiental (BRASIL, 2013).

Dessa forma, através deste colegiado as escolas podem ser transformadas em espaços educadores sustentáveis que buscam manter relação equilibrada com o meio ambiente e os seres que nele convivem, compensando seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. São espaços que mostram sua intencionalidade de educar pelo exemplo e propagar sua influência para as comunidades nas quais estão situadas (BRASIL, 2013).

No documento “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis” (BRASIL, 2012), encontram-se os eixos de atuação, nos quais se propõe articular currículo, espaço físico e gestão nas instituições de ensino. Assim, na escola sustentável, deve encontrar-se um espaço físico que cuida e educa, incorporando tecnologias e materiais mais adaptados às características ambientais e sociais de cada região, além de encorajar relações de respeito à diversidade, com mais democracia e participação, onde o coletivo escolar construa mecanismos eficazes para a tomada de decisões por meio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (BRASIL, 2010).

Também, pode colaborar em nível estadual e nacional, visto que entre os anos de 2003 e 2013, os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente incentivaram a participação da juventude brasileira nas decisões políticas relacionadas à educação ambiental, através do coletivo jovem Com-Vidas, que se reuniram tendo como prerrogativa a participação nas Conferências Nacionais Infante-Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA), nas quais puderam apresentar de projetos, avaliados em âmbito estadual e selecionados para o evento federal (BASTOS; RABINOVICI, 2016).

A primeira Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente ocorreu no ano de 2003, envolvendo 15.452 escolas mobilizando 5.658.877 pessoas, em 3.461 municípios em todo o país. Em 2005, a segunda conferência envolveu 11.475 escolas, 3.801.055 pessoas em 2.865 municípios. A terceira, no ano de 2009, atingiu o número de 11.631 escolas, mais de 3,7 milhões em 2.828 municípios brasileiros (MEC, MMA, 2012). O objetivo geral destas conferências foi o de fortalecer a Educação Ambiental nos sistemas de ensino, fomentando espaços de participação de jovens estudantes na elaboração de propostas e projetos ambientais (BASTOS; RABINOVICI, 2016, p. 48).

Em sua quarta edição, realizada em 2013, estiveram envolvidos jovens de diversos estados e municípios, totalizando 16.945 escolas participantes, e teve como destaque o tema proposto: “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”. A IV CNIJMA permitiu que as escolas públicas com alunos de 6º ao 9º ano recebessem o livreto que apresenta o conceito de Escola Sustentável e pudessem decorrer sobre os problemas ambientais da escola e

da comunidade, construindo possíveis soluções de forma a buscar concretizá-las. A quinta e última edição só veio acontecer cinco anos mais tarde, em 2018, com o tema “Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas”, em consonância com a implementação da Lei das Águas e com a Agenda 2030, que envolve os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assim como o 8º Fórum Mundial da Água (GROHE; AMARAL, 2019).

Como observa-se o principal papel da Com-vida é realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, com a promoção do intercâmbio entre a escola e a comunidade, visando contribuir para um dia a dia mais participativo, democrático, inclusivo, animado e saudável (BRASIL 2012). Porém, também possibilita a organização dos jovens para criar conselhos de meio ambiente nas escolas e construir circuitos de aprendizagem para participação em conferências no espaço intra e extraescolar. Além de servir de estímulo para participarem de ações em outros espaços, com pessoas de empresas, organizações, associações (de bairro, de moradores), ONGs, igrejas, Comitês de Bacias Hidrográficas e até conferências municipais, estaduais, nacionais e até internacionais, como a CONFINT, Conferência Internacional Infante-Juvenil “Vamos cuidar do Planeta”, que aconteceu em 2010 e mobilizou 62 (sessenta e dois) países.

A CONFINT teve como temática as Mudanças Socioambientais Globais, com enfoque para as mudanças climáticas, tendo como objetivo possibilitar aos jovens uma visão de comprometimento para construção de sociedades sustentáveis. Nesta conferência foram mobilizadas mais de 13 milhões de pessoas, 87.258 escolas nos diversos países, sendo 2.828 escolas brasileiras (BRASIL, 2018).

Essas informações vêm corroborar com o objetivo da Com-vida, que é potencializar ações de educação ambiental nas escolas do ensino fundamental e ensino médio, operando por meio da criação e manutenção de um espaço democrático e participativo. Suas ações devem envolver toda comunidade escolar a fim de promover iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e à melhoria da qualidade de vida na escola e na comunidade local. Além de ampliar os diálogos sobre temas socioambientais contemporâneos (BRASIL, 2018).

De acordo com Belasco et al (2020), as Com-Vidas são estruturadas por milhares de jovens de todo o país, mobilizados pelos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, que são grupos informais de jovens e organizações juvenis, espalhados em todos os estados brasileiros e que se mobilizam em torno das questões socioambientais.

A participação desses jovens foi fundamental para a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e também para outras iniciativas, como a realização da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), proposta pela ONU para o mundo inteiro e que compartilhou a percepção de que a Educação Ambiental deve trabalhar com mudanças de valores e de atitudes para a construção de sociedades sustentáveis, justas, equitativas e felizes (BELASCO et al., 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a ação dos fenômenos globais no local e como tudo o que se faz no local interfere no global é o ponto de partida para que se repense as ações e busque-se observar as mudanças socioambientais para desenvolver coletivamente formas de prevenir-se, responder e adaptar-se a um novo modo de vida onde algumas aprendizagens são fundamentais para preservar o meio ambiente e seus recursos. Para isso, deve-se envolver não apenas os estudantes, mas todas as pessoas que interatuam no espaço escolar: professores, funcionários, gestores, familiares e a rede de colaboradores que vivem na comunidade e no entorno, para através de debates, estudos e reflexões possam agir em prol do meio ambiente.

Nessa perspectiva, a Com-Vida veio para possibilitar ações que beneficiem a educação ambiental a partir da comunidade escolar para abranger gradualmente a comunidade ao seu redor, e estender-se para outras localidades, considerando todas as particularidades de cada ambiente e de cada região.

REFERÊNCIAS

BASTOS, D. B. D.; RABINOVICI, A. A Importância do Processo de Formação de Educadores Ambientais na Efetividade do Programa

Nacional de Escolas Sustentáveis – PNES. **Revbea**, São Paulo, v. 11, nº 4: 42-59, 2016.

BELASCO, G. C.; DAMIANO, M.; BARRETO, Y. S.; MUNDO, J. A. L.; BONZANINI, T. K. Comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola (Com-Vida): uma investigação em documentos oficiais. **Holos Environment**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 60-72, 2020. DOI: 10.14295/holos.v20i1.12364. Disponível em: <https://www.cea-unesp.org.br/holos/article/view/12364>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola**. Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. 2. ed., rev. e ampl. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao7.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Série Documentos Técnicos, nº 10. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola-Com-vida**. Ministério da Educação: Brasília, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9921-doc-tecnico-10-com-vida&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, 2007b. 109 p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>. Acesso em 11 jul. 2022.

BRASIL. **Processo Formativo em Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e COM VIDA**. Ministério da Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos**

para pensar e agir em tempos de mudanças sócioambientais globais. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Escolas Sustentáveis: Resolução CD/FNDE no 18, de 21 de maio de 2013.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2013. Disponível em: http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação, **Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA)**, 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente:** primeira década de uma história [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Órgão Gestor do PNEA - Brasília - DF: MMA, 2018. 1 v. 76.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4542-re-solu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-18,-de-21-de-maio-de-2013>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROHE, S. L. S.; AMARAL, S. D. S. Políticas de Educação para a sustentabilidade no Brasil: dos primeiros movimentos à conjuntura atual. In: **Políticas educacionais: abordagens, experiências e dilemas contemporâneos**. Rodrigo Manoel Dias da Silva, César Riboli (Orgs.). Frederico Westphalen: URI; Erechin: Deviant, 2019. 232 p.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-206, Mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nr=iso. Acesso em: 10 jan. 2021.

JUNIOR, J. M. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 3. ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2009. 222p.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: MMA, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

MARTINS, A. K. S.; SOARES, M. J. Nascimento. **Uma abordagem sobre a sustentabilidade no processo formativo do assentado**. In: FILHO, José Daltro; SOARES, Maria J. Nascimento (Organizadores). Meio Ambiente, Sustentabilidade e Saneamento. – Porto Alegre: Redes Editora, 2010. P. 149-158.

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2008. 215 p.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl São Paulo: Atlas, 2008. 334p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível

em: www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.